

Artigos Livres

O trabalho de Assistentes Sociais: desafios à saúde mental no estado do Rio Grande do Sul

The role of social workers: mental health challenges in the state of Rio Grande do Sul

Tainara Corin da Silveira¹ , Fernanda Nunes da Rosa¹ 

¹ Universidade Federal de Santa Maria , Santa Maria, RS, Brasil

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo debater e problematizar as atuais condições de trabalho das/os Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul, bem como os possíveis impactos sobre sua saúde mental. As transformações no mundo do trabalho, impulsionadas pela reestruturação produtiva, afetam diretamente a classe trabalhadora, alcançando também o Serviço Social. Busca-se analisar criticamente como essas mudanças interferem nos processos de trabalho da categoria e suas repercussões na saúde mental dos profissionais. A reflexão desenvolvida neste texto fundamenta-se em revisão de literatura, ancorada no método materialista histórico-dialético de Marx. Busca-se analisar criticamente as novas transformações societárias e os impactos no cotidiano de trabalho e na saúde mental da/do Assistente Social.

Palavras-chaves: Assistentes Sociais; Saúde mental; Trabalho precarizado

ABSTRACT

This work aims to discuss and problematize the current working conditions of Social Workers in Rio Grande do Sul, as well as the possible impacts on their mental health. Transformations in the world of work, driven by productive restructuring, directly affect the working class, also impacting Social Work. This study seeks to critically analyze how these changes interfere with the work processes of the profession and their repercussions on the mental health of professionals. The reflection developed in this text is based on a literature review, anchored in Marx's historical-dialectical materialist method. It seeks to critically analyze the new societal transformations and their impacts on the daily work and mental health of Social Workers.

Keywords: Social Workers; Mental health; Precarious work

1 INTRODUÇÃO

As novas configurações no mundo do trabalho nos últimos anos alteraram a dinâmica dos processos de trabalho de toda a classe trabalhadora. O processo de flexibilização das relações trabalhistas e dos direitos sociais acarretaram na nova morfologia do trabalho no contexto da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais. São expressões desse processo: o desemprego estrutural, a exploração da força de trabalho, terceirizações, e a exigência de um trabalhador polivalente (Faermann; Mello, 2016).

O trabalho da/o Assistente Social está intrinsecamente ligado às demandas de populações em situação de vulnerabilidade, que vivenciam cotidianamente as expressões da questão social no seu cotidiano. Questão social compreendida como “conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura” (Iamamoto, 2015, p. 24). Desenvolvendo seu processo de trabalho na sociedade capitalista, a/o profissional de Serviço Social não fica fora do processo ofensivo de precarização das políticas públicas e trabalhistas, desta forma, vivencia diferentes formas de precarização do trabalho no seu cotidiano profissional.

Nesse mesmo cenário contraditório, se observa a intensificação da alienação, exploração, compra e venda da força de trabalho de Assistentes Sociais, e o aprofundamento das expressões da questão social, e em paralelo a isso, a desresponsabilização do Estado na efetivação de políticas públicas e na garantia de direitos sociais a classe trabalhadora (Vasconcelos, *et al.*, 2017).

Nesse contexto de crise estrutural, a precarização e intensificação do trabalho repercute diretamente nas relações e condições de trabalho da/o Assistente Social gerando adoecimento à categoria (Faermann; Mello, 2016). Um estudo realizado com Assistentes Sociais no ano de 2016 evidenciou que as condições e relações de trabalho foram determinantes na produção do sofrimento e adoecimento (Faermann; Mello, 2016).

Nesse sentido, é necessário aprofundar a discussão sobre as condições de trabalho da profissão e as possíveis repercussões na saúde mental desses profissionais. Este texto, baseado em uma revisão teórica através do método materialismo histórico dialético de Marx, busca problematizar as condições de trabalho de Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul e as possíveis causas de adoecimento entre a categoria profissional.

Esta revisão teórica foi elaborada pela discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Públicas da Universidade Federal de Santa Maria, juntamente com sua orientadora, texto que faz parte das pesquisas realizadas até o momento no processo formativo. O texto está estruturado em duas seções. A primeira realiza uma reflexão sobre as transformações no mundo do trabalho e seus impactos nas condições de trabalho dos/as Assistentes Sociais. A segunda aborda como essas mudanças no mundo do trabalho podem contribuir para o adoecimento desses/dessas profissionais, que atuam na linha de frente das políticas públicas.

2 CONDIÇÕES DE TRABALHO DA/DO ASSISTENTE SOCIAL

A/O Assistente Social é uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, regulamentada pela Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993 e exerce suas atividades laborais em sua grande maioria como assalariada/o em instituições públicas ou privadas, que operacionalizam políticas e programas sociais (Raichelis, 2020). Um estudo realizado pelo Conselho Federal de Serviço Social - CFESS com Assistentes Sociais do país todo destacou que 43,59% das/dos Assistentes Sociais que responderam à pesquisa atuavam no setor público municipal, 11,01% na esfera estadual e 8,17% em organizações sem fins lucrativos (CFESS, 2022).

No cotidiano dos serviços, percebe-se que a principal via de inserção na área ocorre por meio de concursos públicos, representando a principal oportunidade de emprego para a categoria. Esse modelo de vínculo empregatício é desejado por vários/várias profissionais pois pressupõe estabilidade profissional e garantia dos direitos trabalhistas. No entanto, a estabilidade profissional por meio de concurso público por

vezes não deixa a/o profissional ileso dos rebatimentos da precarização do mundo do trabalho e dos impactos na saúde mental mediante situações de adoecimento reflexos do modo capitalista de produção e exploração da classe trabalhadora.

Segundo Corrêa e Reidel (2021), mesmo que o profissional de Serviço Social esteja no serviço público, esse vínculo empregatício estável não garante as condições e relações necessárias para o desenvolvimento do seu processo de trabalho, diante da intensa precarização que está acontecendo nas políticas sociais. Como a falta de investimento em recursos materiais e humanos para a realização de ações e/ou atendimentos no espaço sócio ocupacional. Um frequente exemplo é a falta de salas, computadores e telefone para a/o profissional realizar atendimentos e registrar informações.

Para pensar as atuais condições trabalhistas da profissão de Serviço Social, é necessário situar o cenário em que a profissão se insere na sociedade capitalista. Nas últimas três décadas, o mundo do trabalho passou por profundas transformações que afetaram de maneira significativa toda a população que vende sua força de trabalho para sobrevivência. A partir da crise do sistema fordista, intensificada a partir da década de 1960, consolidaram-se políticas de reajustamento estrutural denominadas reestruturação produtiva que impactou profundamente as relações e condições de trabalho. Esse processo implicou a introdução de novas formas de organização do trabalho, marcadas pela flexibilização dos processos produtivos, pela diversificação dos bens e serviços ofertados e pela redefinição dos padrões de consumo (Harvey, 1989).

Segundo Abramides e Cabral (2003), a acumulação flexível se caracteriza pelo surgimento de novos setores produtivos, pela reconfiguração dos serviços financeiros, pela expansão de novos mercados e, principalmente, por um ritmo intensificado de inovações nos âmbitos comercial, tecnológico e organizacional.

Desse processo de acumulação e do projeto neoliberal que vai invadindo os diversos setores da sociedade, emerge a precarização, desestruturação das relações de produção, e a flexibilização do processo de trabalho que conduz a perda de direitos sociais da classe trabalhadora, ampliando o desemprego estrutural (Abramides; Cabral,

2003). Desta forma, a precarização no mundo do trabalho se intensifica no regime capitalista, e essas consequências recaem sobre a classe trabalhadora, refletindo nos “processos de trabalho cada vez mais intensos na exaustão, expropriação e extração de sobretrabalho, com direitos cada vez mais reduzidos quando não extintos ou inexistentes” (Corrêa; Reidel, 2021, p. 140). Inclusive afetando as/os Assistentes Sociais.

Desta forma, as políticas de ordem neoliberal que se desenvolveram a partir do ano de 1990 impulsionaram as jornadas de trabalho prolongadas, desmobilizando o coletivo de trabalhadores, evidenciando a informalidade no trabalho, as terceirizações e causando adoecimentos relacionado ao trabalho (Antunes, Praun, 2015).

Alves (2011) ressalta que a precarização das condições de trabalho afeta diretamente a subjetividade dos trabalhadores, gerando uma crise que se manifesta tanto na esfera pessoal quanto nas relações de sociabilidade e na construção da subjetividade. Essas transformações no mundo do trabalho alteram a sociabilidade de toda a classe trabalhadora, causando a ruptura de laços afetivos, tanto no ambiente de trabalho, quanto no espaço privado familiar (Seligmann-Silva, 2022). Os anos 2000 são marcados pelo aumento significativo de problemas psicossociais e de saúde mental entre os trabalhadores, como reflexo desse cenário de instabilidade e insegurança no mundo trabalho (Alves, 2011).

A profissão de Serviço Social inserido na divisão sociotécnica enquanto trabalhador assalariado também vive os impactos da ofensiva neoliberal, da precarização do mundo do trabalho, terceirizações, dos mesmos processos de degradação e violação de direitos do conjunto da classe trabalhadora (Raichelis, 2022).

A condição de trabalhador assalariado da/do Assistente Social em instituições públicas ou privadas deixa a categoria sem controle sobre as condições e os meios de trabalho no cotidiano profissional (Raichelis, 2011), desta forma, existem várias barreiras para a intervenção da/o Assistente Social na sua prática.

Um dos reflexos das transformações recentes nos modos de contratação de Assistentes Sociais se evidencia no processo articulado de terceirização, flexibilização e

precarização do trabalho. Esses/as profissionais compartilham das mesmas angústias vivenciadas por grande parte da classe trabalhadora, como o adoecimento, o assédio moral, a instabilidade salarial, a ausência de proteção social e trabalhista, e a negação de direitos, aspectos que compõem a precarização não apenas do trabalho, mas também da vida (Raichelis, 2022). De acordo com Corrêa e Reidel (2021), as atuais reformas trabalhistas têm intensificado esse cenário ao promoverem a privatização e a terceirização dos vínculos empregatícios, contribuindo diretamente para o agravamento das condições e relações de trabalho das/os Assistentes Sociais.

Para Raichelis (2020, p.18) “as transformações no mundo do trabalho repercutem no mercado de trabalho do Serviço Social e no exercício profissional de Assistentes Sociais”. Além do impacto nas condições de trabalho, a nova morfologia do trabalho afeta também as condições de sociabilidade individual e coletiva desses/dessas profissionais (Raichelis, 2020) ocasionando no desmonte de coletivos e sindicatos, que se reflete em quanto mais desmobilizada a luta e mais isolado o trabalhador, maior as chances de adoecimento.

Segundo Corrêa e Reidel (2021) o trabalho da/do Assistente Social na sociedade brasileira é marcado pela superexploração da força de trabalho e da precarização das condições de trabalho, que nos momentos de crise, se intensifica através da flexibilização do trabalho e da precarização das políticas sociais.

Dessa forma, torna-se imprescindível refletir criticamente sobre as condições de trabalho de Assistentes Sociais em uma sociedade marcada pela intensificação da exploração, pelo aumento da carga horária e pela incorporação de novas tecnologias que, frequentemente, invadem a esfera da vida privada. Essas transformações, que reconfiguram o cotidiano e as exigências da prática profissional, tendem a gerar sérios impactos na saúde mental e no processo de adoecimento desses/dessas trabalhadores.

Assim como ocorre com a classe trabalhadora em geral, as/os Assistentes Sociais vivenciam cotidianamente as contradições do mundo do trabalho, submetendo-se a dinâmicas que fragilizam seus vínculos laborais, sendo suscetíveis a adoecimentos.

Nesse contexto, a saúde mental e o sofrimento dos trabalhadores deixam de ser compreendidos como questões individuais ou isoladas, passando a configurar-se como expressões de um problema coletivo, diretamente relacionado às formas contemporâneas de organização e exploração do trabalho.

3 A SAÚDE MENTAL DE ASSISTENTES SOCIAIS

A profissão de Serviço Social, requisitada na sociedade brasileira como mediadora das políticas sociais por meio do Estado, vivencia e intervém em sua prática cotidiana nas mais diversas violações de direitos. Por isso, é fundamental que os/as Assistentes Sociais tenham um olhar ampliado sobre seu próprio cuidado físico e mental, se colocando como *sujeito vivo do trabalho* neste cenário contraditório. Além de enfrentarem a precarização das condições de trabalho, esses profissionais também lidam com as múltiplas expressões da questão social decorrentes do modo de produção capitalista. Assim, o Serviço Social não apenas atende às demandas geradas por essas violações, mas também é diretamente impactado pelo desmonte de direitos no mundo do trabalho.

Um estudo realizado no município de Taubaté evidenciou a correlação entre o sofrimento e as precárias condições de trabalho de Assistentes Sociais (Faermann; Mello, 2016). O rebatimento das políticas neoliberais também foram observadas como fatores que contribuíram para o adoecimento como à complexidade das expressões da questão social no atual modo de produção, como também a ineficiência e baixos investimentos das políticas públicas nos espaços de trabalho de Assistentes Sociais (Faermann; Mello, 2016).

Frente ao quadro de precarização das políticas públicas, cujos os recursos para a realização do processo de trabalho são escassos em um contexto de intensificação das desigualdades sociais, que de um lado há um aumento de demandas nos serviços e de outro equipes para atendimento insuficientes para as demandas que se apresentam, criando um ciclo de sobrecarga de trabalho e

cobrança por produtividade por parte do sistema (Corrêa; Reidel, 2021). Nesse sentido, os próprios profissionais consideram atualmente o trabalho como desafiador, adoecedor, desgaste e paliativo diante do atual cenário de precarização das políticas públicas e do seu processo de trabalho (Corrêa; Reidel, 2021).

Uma pesquisa realizada com Assistentes Sociais da área da Política de Habitação evidenciou que o sofrimento e adoecimento desses profissionais estavam relacionados às condições objetivas (organização, instrumentos e meios) disponibilizadas pelas instituições públicas e privadas em que se inserem as/os profissionais, sendo evidenciada novas e antigas formas de precarização e intensificação do trabalho assalariado (Vicente, 2015). Além disso, foi destacado nas falas das/os Assistentes Sociais entrevistados sintomas como distúrbio do sono, fadiga, medo e crises de choro, depressão, ansiedade, e alterações metabólicas decorrentes do seu processo de trabalho adoecedor (Vicente, 2015).

Corrêa e Reidel (2021), em um estudo realizado no Rio Grande do Sul, discutem como a pandemia de coronavírus agravou a precarização das relações de trabalho de Assistentes Sociais. Além disso, a pesquisa revela que essa precarização, associada à adoção do teletrabalho e às condições laborais, pode impactar significativamente a saúde mental e física desses profissionais (Corrêa; Reidel, 2021).

Atualmente outros desafios se apresentam na categoria de Assistentes Sociais na realização do seu processo de trabalho. A incorporação das tecnologias da informação e comunicação (TIC), e o desenvolvimento do teletrabalho pós pandemia, ocasionam um processo ainda mais perverso de precarização das condições e relações de trabalho, com salários cada vez mais reduzidos e custos saindo do próprio bolso para a aquisição dos equipamentos tecnológicos as/os Assistentes Sociais (Corrêa; Reidel, 2021).

Para além disso, o teletrabalho com as TIC intensificado com a pandemia ocasiona uma sobrecarga de trabalho no ambiente familiar, através do acúmulo de trabalho formal, doméstico e de familiares, tornando a jornada de trabalho no domicílio extensa, principalmente no caso de trabalhadoras mulheres as quais são

maioria dentro da profissão de Serviço Social. Antunes (2009) destaca que a realização de trabalho reprodutivo doméstico e trabalho reprodutivo no domicílio gera uma maior exploração de mulheres. Nesse sentido pode se observar os possíveis impactos à saúde mental diante da realização do teletrabalho com a fusão entre demandas de trabalho e vida privada/lazer/momentos de descanso.

Raichelis (2011) destaca que as pesquisas e análises sobre adoecimentos de trabalhadores acabam não incluindo o profissional Assistente Social como *sujeito vivo do trabalho* social, isso se observa na pouca literatura existente sobre as condições de trabalho da profissão e a relação com o adoecimento.

Nesse sentido, se mostra urgente problematizar dentro da categoria as condições de trabalho da profissão, correlacionando a determinação social do processo saúde doença (Donnangelo, 1976) nesse caso, como o trabalho pode ser um potencializador do adoecimento a esses/essas profissionais nesse atual modo de precarização do mundo do trabalho. Nesse modelo de produção capitalista, a saúde do trabalhador depende, sobretudo, das formas e condições em que o trabalho acontece no cotidiano profissional (Faermann; Mello, 2016). As dificuldades enfrentadas no cotidiano, a intensificação das demandas de trabalho, e os impactos das transformações no mundo do trabalho no processo de trabalho das/os Assistentes Sociais podem ser um possível fator de adoecimento a categoria profissional.

Soma-se a esse processo a luta pela categoria pela jornada semanal de 30 horas de trabalho sem redução salarial, conforme a Lei nº 12.317/2010 que perpassa anos. Essa garantia das 30h semanais seria um avanço na categoria considerando o atual regime de trabalho e de intensificação das demandas recorrentes nos serviços. As horas trabalhadas pelos profissionais se contradizem com os limites físicos e psíquicos que um ser humano pode aguentar, diante disso cresce o número de transtornos mentais relacionados ao trabalho (Franco; Druck; Seligmann-Silva, 2010).

Para além disso, o Estado do Rio Grande do Sul enfrenta realidades extremamente desafiadoras, como as graves consequências das enchentes ocorridas em maio de

2024. Esse episódio marcou um momento crítico, em que diversos Assistentes Sociais estiveram na linha de frente no enfrentamento do desastre, atuando na garantia de direitos mínimos a pessoas que perderam tudo, inclusive entes queridos. Manfrini *et al.*, (2023) em um estudo realizado com trabalhadores de saúde após situação de desastre no estado de Santa Catarina evidenciou que a atuação dos trabalhadores no desastre repercutiu na saúde mental, através do sofrimento em lidar e enfrentar junto a população atendida os impactos do desastre. Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de ampliar as investigações sobre os desastres ocorridos e seus impactos na saúde mental dos trabalhadores que atuam na linha de frente dessas tragédias, com destaque para as/os Assistentes Sociais.

Nesse cenário, a tragédia gaúcha impõe uma reflexão urgente sobre as condições de trabalho e a sobrecarga emocional enfrentada por esses profissionais, acendendo um alerta ainda mais forte quanto ao cuidado da saúde mental para trabalhadores Assistentes Sociais. Torna-se essencial problematizar as condições de trabalho das/dos Assistentes Sociais no Estado do Rio Grande do Sul, bem como os possíveis impactos à saúde mental desses profissionais. Considerando as intensas ofensivas neoliberais, o contínuo desmonte das políticas de proteção social, campo central de atuação da categoria e a complexidade das expressões da questão social que se apresentam as/os profissionais no cotidiano dos serviços, vão acarretando um processo de sofrimento à categoria.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário de atuação das/os Assistentes Sociais na sociedade brasileira, especialmente no Rio Grande do Sul, tem enfrentado desafios significativos. A intensificação das exigências laborais, o avanço de novas tecnologias que invadem o tempo e o espaço privados de descanso, bem como a crescente ocorrência de desastres naturais que demandam respostas rápidas e qualificadas, são alguns dos obstáculos impostos recentemente à categoria.

Essas transformações impactam diretamente o processo de trabalho das/os profissionais, exigindo não apenas novos saberes, investimentos em formação continuada e aparatos tecnológicos, mas também resultando em uma sobrecarga de trabalho que pode causar sérias repercussões a sua saúde mental. Isso ocorre em um contexto no qual as/os Assistentes Sociais já lidam com uma diversidade de demandas em seus espaços de atuação, muitas vezes marcados pela escassez de recursos humanos e físicos, pelas condições precárias de trabalho e pela precariedade dos vínculos empregatícios.

Nesse sentido, torna-se necessário e urgente promover um debate crítico coletivo entre pares somando forças para discutir sobre a saúde mental dessas/desses profissionais, que atuam na linha de frente das políticas públicas, assegurando direitos e enfrentando tanto as novas quanto as persistentes formas de exploração impostas pelo sistema capitalista de produção.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. do S. R. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. **São Paulo em Perspectiva**, v. 17, p. 3-10, 2003.

ALVES, G. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório - O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. **Estudos do Trabalho**, n. 8, p. 1- 31, 2011.

ANTUNES, R. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho?. In ANTUNES, Ricardo. BRAGA, Ruy (org). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo. Editora BoiTempo. 2009. ISBN: 978-85-7559-136-9. p. 231-238.

ANTUNES, R.; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, p. 407-427, 2015.

CFESS, Conselho Federal. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho Exercício Profissional**. Brasília (DF). 2022. em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2025.

CORRÊA, L. D.; REIDEL, T. Perfil, condições e relações de trabalho de assistentes sociais gaúchos (as). **Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília, DF. v. 21, n. 41 (jan./jun. 2021), p. 136-111., 2021.

DONNANGELO, M. C. F. **Saúde e sociedade**. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

FAERMANN, L. A.; DE MELLO, C. C. V. As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 15, n. 1, p. 96-113, 2016.

FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista brasileira de saúde ocupacional**, v. 35, p. 229-248, 2010.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Edições Loyola, 1992.

MANFRINI, G. C. *et al.* Impactos psicossociais sobre trabalhadores da saúde: narrativas 10 anos após o desastre. **Saúde e Sociedade**, v. 32, p. e210739pt, 2023.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional-26. ed. -São Paulo, Cortez, 2015.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, p. 420-437, 2011.

RAICHELIS, R. **Atribuições e competências profissionais revisitadas**: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. Atribuições privativas do/a assistente social em questão, v. 2, p. 11-42, 2020.

RAICHELIS, R. Tecnologia, trabalho e pandemia no capitalismo em crise: admirável mundo novo?. **Serviço Social & Sociedade**, n. 144, p. 5-16, 2022.

SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e Desgaste Mental**: O direito de ser dono de si mesmo. São Paulo. 1. ed. 2022. [Livro eletrônico]. ISBN 978-65-5555-242-3.

VASCONCELOS, I. *et al.* Condições de trabalho e saúde de assistentes sociais no âmbito das políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas**, v. 21, n. 2, p. 719-738, 2017. 14.

VICENTE, D. Desgaste mental de assistentes sociais: um estudo na área da habitação. **Serviço Social & Sociedade**, n. 123, p. 562-581, 2015.

Contribuições de autoria

1 – Tainara Corin da Silveira

Mestrado em andamento em Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Políticas Públicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

<https://orcid.org/0000-0002-6011-5796> • tainara.silveira@acad.ufsm.br

Contribuição: Escrita – Primeira redação, Escrita – revisão e edição.

2 – Fernanda Nunes da Rosa

Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
<https://orcid.org/0000-0002-1505-3784> • fernanda.rosa@ufsm.br
Contribuição: Escrita – Primeira redação, Supervisão.

Conflito de Interesse

Os autores declararam não haver conflito de interesses.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Dados de pesquisa e outros materiais podem ser obtidos entrando em contato com os autores.

Direitos Autorais

Os autores dos artigos publicados pela Revista Sociais e Humanas (Santa Maria) mantêm os direitos autorais de seus trabalhos e concedem à revista o direito de primeira publicação, sendo o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição (CC BY-NC-ND 4.0), que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

Verificação de Plágio

A revista mantém a prática de submeter todos os documentos aprovados para publicação à verificação de plágio, utilizando ferramentas específicas, como Turnitin.

Editor - chefe

José Renato Ferraz da Silveira

Como citar este artigo

SILVEIRA, T. C.; ROSA, F. N. O trabalho de assistentes sociais: desafios à saúde mental no estado do Rio Grande do Sul. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 39, e95432, 2026. DOI: 10.5902/2317175895432. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2317175895432>.